

O mercado de trabalho entre 2012 e 2019: um olhar multidimensional

Patrícia Lino Costa

Patricia Pelatieri

Entre 2002 e 2014, o Brasil vivenciou um período de estruturação do mercado de trabalho com elevação do emprego com carteira assinada, da renda e redução de desemprego. A partir de 2015, o que se observou foi a reversão desse quadro, com aumento da desocupação e da informalidade, devido à uma forte crise econômica e política.

A tímida variação positiva no PIB a partir de 2017, não trouxe resultados expressivos para o mercado de trabalho. A relativa estabilidade da renda média do trabalho e ligeira queda do desemprego, veio acompanhada de um crescimento intenso da informalidade.

Por meio do Índice da Condição do Trabalho do DIEESE (ICT- DIEESE)¹ é possível ter um olhar multidimensional sobre os resultados do mercado de trabalho e uma análise mais ampla do que com indicadores tradicionais. Por ser um indicador sintético, é possível perceber, ao longo do tempo, de que forma a deterioração ou a expansão do mercado de trabalho ocorre e se isso é positivo ou não.

O ICT varia entre 0 e 1 e é resultado da composição de três dimensões: ICT-Inserção Ocupacional, ICT-Desocupação e ICT-Rendimento. Quanto à interpretação e análise, o indicador não estabelece qual seria a condição ideal do trabalho, apenas indica que quanto mais próximo o valor do índice estiver de 1, melhor a situação geral do mercado de trabalho e, quanto mais próximo de zero, pior.

O objetivo deste artigo é analisar a trajetória do mercado de trabalho entre 2012 e 2019, por meio do ICT-DIEESE e ressaltar os principais impactos das mudanças na legislação e das medidas econômicas realizadas pelos governos em 2016 até 2019.

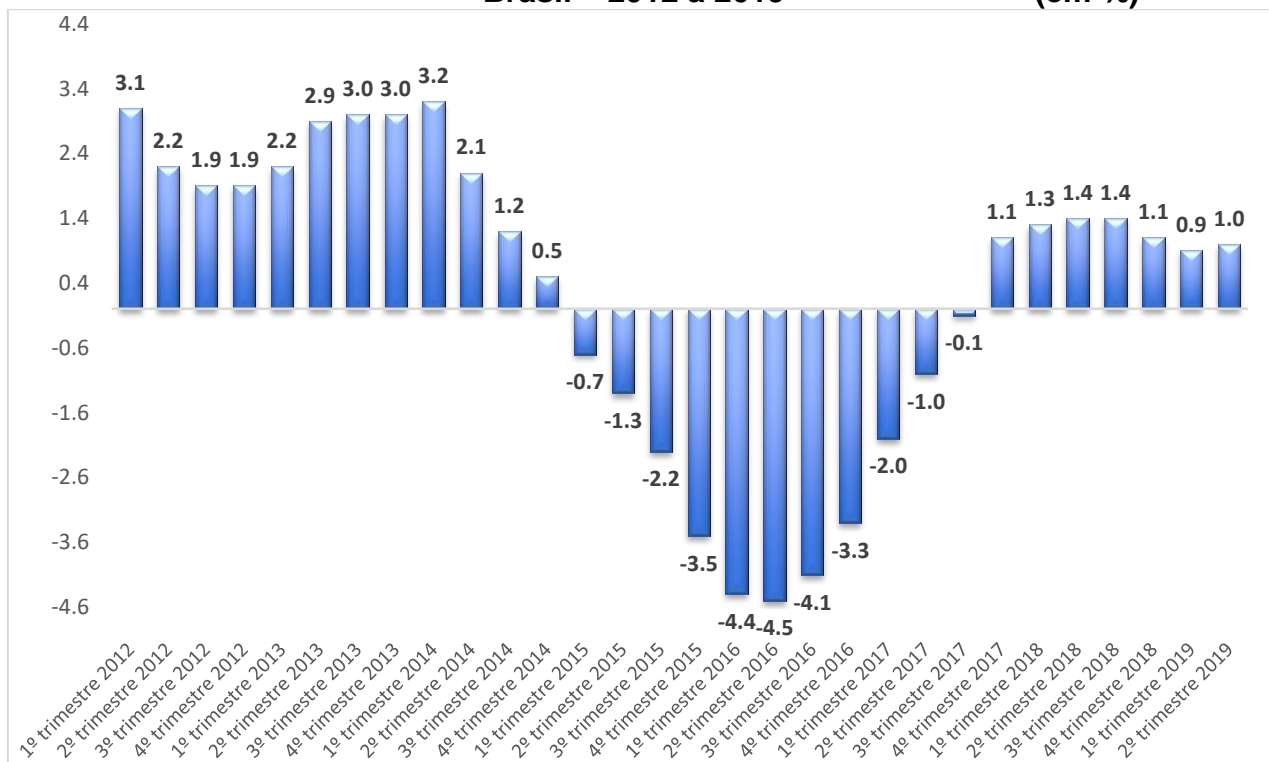
¹ O ICT é calculado com base nos dados da PNAD Continua, de 2012 até 2019.

O ICT e o mercado de trabalho

A economia brasileira apresentou uma mudança em sua trajetória, expressada pelo comportamento do PIB entre 2012 e 2019. Claramente, a partir do final de 2014, houve uma queda no nível de atividade, atingindo -4,5% no segundo trimestre de 2016 (gráfico 1)

Após esse período, as taxas negativas foram menos intensas e em 2018, o PIB foi de 1,4% nos dois últimos trimestres, indicando uma possível melhora para o país.

Gráfico 1
Taxa de crescimento do PIB trimestral
Brasil – 2012 a 2019 (em %)



No mercado de trabalho, ainda em 2012, houve um processo de redução do desemprego, iniciado em 2004, além de um forte movimento de formalização do contrato de trabalho e elevação da renda. Todo este cenário

positivo resultou do crescimento da economia e da intencionalidade do desenvolvimento, promovido por meio de maior acesso ao crédito e políticas de valorização do salário mínimo e transferências de renda. A economia brasileira viveu um ciclo virtuoso até meados de 2014.

Refletindo esse movimento, o ICT-DIEESE cresceu entre o início de 2012 e o primeiro trimestre de 2014, passando de 0,48 para 0,70, o que representa uma melhora em todas as dimensões:

Na Inserção Ocupacional, o emprego com carteira garantiu vagas de qualidade, bem como aumentou o tempo de permanência no trabalho e o número de contribuintes à previdência. Ou seja, foram gerados empregos formais, protegidos e com menor rotatividade,

Na dimensão Desocupação, a melhora se deu pela redução no desemprego total e, principalmente, na queda da desocupação dos responsáveis pelos domicílios. Já na dimensão Rendimentos, houve aumento do rendimento médio e diminuição da desigualdade do rendimento do trabalho.

Reversão da trajetória de crescimento do mercado de trabalho

Desde o último trimestre de 2014, o crescimento do número de desempregados foi de 72%, o que correspondeu a 4,6 milhões de pessoas em busca de uma colocação. A taxa de desocupação subiu 4.4 pontos percentuais: houve incorporação de 2,4 milhões de pessoas à força de trabalho (que passou a contar com 101,7 milhões de pessoas) e, ao mesmo tempo, a destruição de 2,2 milhões de postos de trabalho, devido ao impacto da crise sobre a atividade econômica e da retração do Produto Interno Bruto (PIB) no período.

O reflexo pôde ser notando no ICT-DIEESE, que passou a diminuir de forma contínua até o início de 2018. Porém, os motivos da queda do ICT foram distintos.

Entre 2015 e 2017, o Índice reduziu-se, devido ao subíndice Desocupação, uma vez que o desemprego total cresceu, assim como entre aqueles responsáveis pelos domicílios. Já o tempo por procura por trabalho

aumentou, mas em menor intensidade. Já as dimensões Rendimento e Inserção Ocupacional ficaram praticamente estáveis nesse período.

Em 2017, porém, a categoria Inserção Ocupacional foi o principal responsável pela queda do ICT-DIEESE, uma vez que a informalidade, a precarização das ocupações e o menor tempo de permanência no emprego passaram a ser mais recorrentes. Outro fator que merece destaque foi a redução continuada na contribuição para a previdência, desde 2015.

Em 2017, entraram em vigor a Lei da terceirização, em março, e a Reforma Trabalhista, em novembro e os dois pacotes alteraram a hierarquia normativa em que Constituição, legislação, convenções e acordos coletivos eram pisos progressivos de direitos. Com a Reforma, foram mudados 117 artigos e outros 200 dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, que operaram um verdadeiro ataque aos trabalhadores.²

Vários novos tipos de contratos fizeram parte das propostas pela Reforma (tempo parcial, trabalho temporário, intermitente, autônomo exclusivo, terceirizado sem limite, teletrabalho, trabalho em casa) e permitiram ajustar o volume de trabalho à produção no dia, na semana, no mês, ao longo do ano.

Houve flexibilização da jornada no que se refere à duração, intervalos, férias, banco de horas etc. As definições do que é salário foram alteradas e os valores, reduzidos, assim como outras obrigações legais. A demissão foi facilitada, inclusive a coletiva, com diversas formas de quitação definitiva de débitos trabalhistas.

O poder de negociação dos sindicatos foi fragilizado com o “novo poder” de reduzir direitos, por meio da interposição de comissões de representação

² Para uma análise detalhada do conteúdo da reforma recomendam-se as Notas Técnicas e demais publicações do DIEESE, disponíveis em www.dieese.org.br, em especial a Nota Técnica 178 “A reforma trabalhista e os impactos para as relações de trabalho no Brasil”, a Nota Técnica 179 “Relações de trabalho sem proteção: de volta ao período anterior a 1930?”. No site do DIEESE estão disponíveis também textos, apresentações e vídeos sobre o assunto. Sobre terceirização, entre outros estudos produzidos pelo DIEESE, destaca-se a Nota Técnica 172 “Terceirização e precarização das condições de trabalho”. Também se indica a publicação do DIAP “Reforma Trabalhista e seus reflexos sobre os trabalhadores e suas entidades representativas” publicada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, disponível em www.diap.org.br.

dos trabalhadores, nas quais foi proibida a participação sindical, ou do “empoderamento” do indivíduo para negociar diretamente. Essas medidas quebraram o papel sindical de escudo coletivo e protetor.

A reforma trabalhista não trouxe o crescimento da economia e do emprego prometidos, o PIB não variou mais do que 1,4% (resultado dos dois últimos trimestres de 2018). No mercado de trabalho, houve elevação do número de trabalhadores subocupados e, frequentemente, encontrados em postos de trabalho desprotegidos e com baixa remuneração. Mais de um quarto dos trabalhadores que se tornaram subocupados o fizeram depois de terem as jornadas reduzidas para menos de 30 horas semanais. E ainda, segundo o IBGE, a taxa de pessoas subutilizadas no mercado de trabalho brasileiro foi de 24,8%, no primeiro trimestre de 2019, de forma que nesse percentual estão incorporados os desocupados, os subocupados por horas de trabalho e os inativos desalentados.

Entre o primeiro trimestre de 2018 e o segundo de 2019, o ICT-DIEESE variou de 0,40 para 0,35, o que expressou a piora no mercado de trabalho. A análise das dimensões indicou que a Desocupação variou conforme a sazonalidade esperada: aumento da taxa de desocupação no início do ano e redução nos períodos seguinte; em que pese o aumento do desalento nesse período, contrabalanceando as reduções nas outras categorias. Na dimensão Rendimento, houve diminuição no rendimento médio e elevação na desigualdade de rendimento do trabalho. Já na ótica da Inserção Ocupacional, a redução se deu pela criação de ocupações menos estruturadas, como assalariamento sem carteira e trabalho precário.

Considerações finais

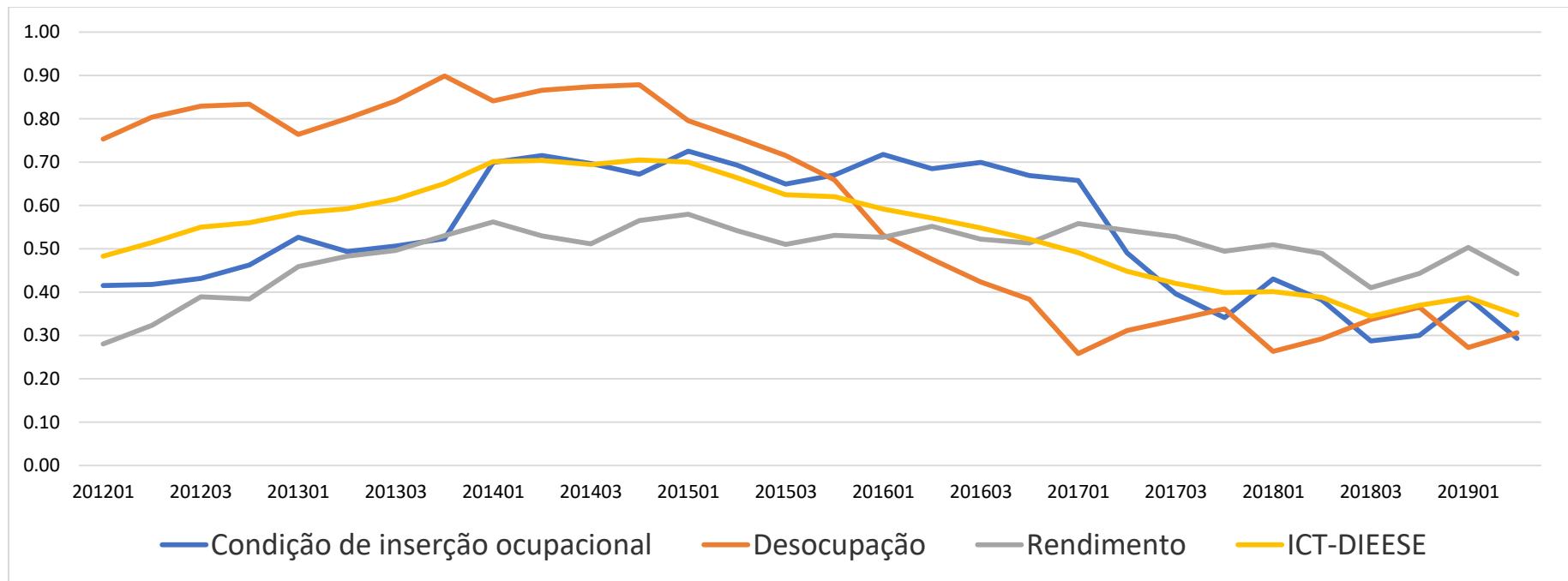
A reversão do comportamento do mercado de trabalho foi perversa para os trabalhadores, com aumento da precarização, do desemprego, da informalidade e do rendimento, jogando por terra os resultados positivos dos anos anteriores.

O ICT-DIEESE apresentou praticamente quatro movimentos bastante claros que mostram, no primeiro momento, melhora da situação do mercado de trabalho brasileiro, relativa estabilidade em 2014, seguida de piora contínua até o segundo trimestre de 2019.

E a análise das dimensões do ICT indicaram não apenas o aumento do desemprego, mas principalmente a ausência de qualidade dos empregos gerados, mesmo quando da ligeira melhora do mercado de trabalho no início de 2018. A redução do agrupamento Inserção Ocupacional apontou que não basta apenas abrir postos de trabalho, mas que se o fizer em empregos de baixa qualidade isso não afetará positivamente o mercado de trabalho, os trabalhadores.

Estes resultados do mercado de trabalho corroboram a voz de muitos analistas; ou seja, nem a CLT engessou a geração de emprego, vide o período de 2004 e 2014; e nem a Reforma Trabalhista trouxe o crescimento para a economia e para os trabalhadores. Pelo contrário, o cenário é desalentador e a mudança do quadro atual exigirá uma mudança expressiva no rumo da economia e das políticas governamentais.

Gráfico 2
Índices parciais por dimensões e ICT-DIEESE
Brasil - 1º trimestre de 2012 ao 2º trimestre de 2019



Fonte:

DIEESE

Tabela 1
Índices parciais por dimensões e ICT-DIEESE –
Brasil - 1º trimestre de 2012 ao 2º trimestre de 2019

Período	Dimensões			ICT-DIEESE
	Condição de inserção ocupacional	Desocupação	Rendimento	
201201	0,41	0,75	0,28	0,48
201202	0,42	0,80	0,32	0,51
201203	0,43	0,83	0,39	0,55
201204	0,46	0,83	0,38	0,56
201301	0,53	0,76	0,46	0,58
201302	0,49	0,80	0,48	0,59
201303	0,51	0,84	0,50	0,61
201304	0,52	0,90	0,53	0,65
201401	0,70	0,84	0,56	0,70
201402	0,71	0,87	0,53	0,70
201403	0,70	0,87	0,51	0,69
201404	0,67	0,88	0,57	0,71
201501	0,72	0,80	0,58	0,70
201502	0,69	0,76	0,54	0,66
201503	0,65	0,71	0,51	0,62
201504	0,67	0,66	0,53	0,62
201601	0,72	0,53	0,53	0,59
201602	0,68	0,48	0,55	0,57
201603	0,70	0,42	0,52	0,55
201604	0,67	0,38	0,51	0,52
201701	0,66	0,26	0,56	0,49
201702	0,49	0,31	0,54	0,45
201703	0,40	0,34	0,53	0,42
201704	0,34	0,36	0,49	0,40
201801	0,43	0,26	0,51	0,40
201802	0,38	0,29	0,49	0,39
201803	0,29	0,34	0,41	0,34
201804	0,30	0,36	0,44	0,37
201901	0,39	0,27	0,50	0,39
201902	0,29	0,31	0,44	0,35

Fonte: DIEESE

Bibliografia

- DIAP, “Reforma Trabalhista e seus reflexos sobre os trabalhadores e suas entidades representativas”, Brasília, Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, 2017, 62 pp, disponível em www.diap.org.br.
- DIEESE, “A reforma trabalhista e os impactos para as relações de trabalho no Brasil”, São Paulo, Nota Técnica 178, 2017, disponível em www.dieese.org.br
- DIEESE, “Relações de trabalho sem proteção: de volta ao período anterior a 1930?”, São Paulo, Nota Técnica 179, 2017, disponível em www.dieese.org.br
- DIEESE, “Terceirização e precarização das condições de trabalho”, São Paulo, Nota Técnica 172, 2017, disponível em www.dieese.org.br
- DIEESE; FUNDAÇÃO Seade e parceiros regionais. Dados das regiões metropolitanas. 2000 a 2016.
- DIEESE; FUNDAÇÃO Seade. **Pesquisa de emprego e desemprego (PED):** conceitos, metodologia e operacionalização. São Paulo: DIEESE, 2009.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.** Rio de Janeiro, agosto. 2019.
- IPEA. IPEADATA. Acesso em 15 de agosto de 2019;
- Ministério do Trabalho. **CAGED:** dados mensais. Brasília, DF, jun. 2019.